International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)
Peer-Reviewed Journal
ISSN: 2349-6495(P) | 2456-1908(O)
Vol-9, Issue-12; Dec, 2022
Journal Home Page Available: https://ijaers.com/
Article DOI: https://dx.doi.org/10.22161/ijaers.912.6

The meaning of work for people *kaingáng*: Crossing work in the various dimensions of life

O sentido do Trabalho para os povos *kaingáng*: O atravessamento do trabalho nas várias dimensões da vida

El significado del trabajo para las personas *kaingáng*: Trabajo transversal en las distintas dimensiones de la vida

Antônio Soares Júnior da Silva, Ederson Edimilson Rosa, Ismael Martins Boeira, Everton Rodrigo Santos

Received: 06 Nov 2022,

Receive in revised form: 01 Dec 2022,

Accepted: 06 Dec 2022,

Available online: 13 Dec 2022

Keywords— ***Canela city, Kaingáng, resumption, territory, work.***

Palavras-chave— ***Canela, Kaingáng, retomada, território, trabalho.***

Palabras clave—***Canela, Kaingáng, reanudación, territorio, trabajo.***

Abstract— *This article discusses the category of work linked to the various dimensions of social life in the context of native peoples: Kaingáng together with the process of reclaiming territory in the National Forest of Canela/RS. This research proposal has a qualitative bibliographic approach. We used the narrative interview as an instrument for data collection and, as a theoretical contribution, the contributions of Veiga (2004), Laroque (2005), Brighetti (2012), Brigmann (2015), Schütze (2014), Santos (2019), Marechal (2021) among others, in addition to data obtained from the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBIO). The results point to the meaning of work in leadership practices under the prerogatives of the political dimension; the meaning of work in the making and commercialization of handicrafts in the valorization of ancestry and culture; and, work as an educational principle crossed in the societal life.*

Resumo— *Este artigo discute a categoria trabalho atrelada às várias dimensões da vida social no contexto dos povos originários Kaingáng junto ao processo de retomada de território na Floresta Nacional de Canela/RS. Esta proposta de investigação é de abordagem qualitativa de caráter bibliográfico. Utilizamos a entrevista narrativa como instrumento para a coleta de dados e, como aporte teórico, as contribuições de Veiga (2004), Laroque (2005), Brighentti (2012), Brigmann (2015), Schütze (2014), Santos (2019), Marechal (2021) entre outros, além dos dados obtidos no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Os resultados apontam para o sentido do trabalho nas práticas de liderança sob as prerrogativas da dimensão política; o sentido do trabalho na confecção e comercialização do artesanato na valorização da ancestralidade e da cultura; e, o trabalho como princípio educativo atravessado na vida societal.*

Resumen— *Este artículo aborda la categoría de trabajo vinculada a las diversas dimensiones de la vida social en el contexto de los pueblos originarios: Kaingáng junto con el proceso de recuperación de territorio en el Bosque Nacional de Canela/RS. Esta propuesta de investigación tiene un enfoque cualitativo bibliográfico. Utilizamos la entrevista narrativa como instrumento de recolección de datos y, como aporte teórico, los aportes de Veiga (2004), Laroque (2005), Brighetti (2012), Brigmann (2015), Schütze (2014), Santos (2019), Marechal (2021) entre otros, además de datos obtenidos del Instituto Chico Mendes para la Conservación de la Biodiversidad (ICMBIO). Los resultados apuntan para el sentido del trabajo en las prácticas de liderazgo bajo las prerrogativas de la dimensión política; el significado del trabajo en la elaboración y comercialización de artesanías en la valorización de la ancestralidad y la cultura; y, el trabajo como un principio educativo permeado en la vida social..*

I. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é desenvolver uma breve discussão sobre o sentido do trabalho em uma interseccionalidade que atravessa as dimensões da vida social no contexto do povo originário *Kaingáng.* Tendo em vista as considerações acerca do objeto de estudo, faz-se necessário suscitar as questões que delineiam a pesquisa: a) Qual o sentido do trabalho para os povos *kaingáng*?; b) Qual a atividade central que garante a subsistência de um grupo *Kaingángs* na encosta nordeste da serra gaúcha?, e c) Qual a relação entre trabalho, saúde, educação e bem-estar na interseccionalidade com qualidade de vida sob o ponto de vista dos *Kaingáng* considerando o processo de retomada de um território no município de Canela, no Rio Grande do Sul?

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e possui como cenário investigativo um grupo indígena *Kaingáng* em um processo de retomada de seu território original na Floresta Nacional de Canela (FLONA), localizada no nordeste do Rio Grande do Sul, no município de Canela. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, esta é uma pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo sobre o tema. Com relação aos instrumentos de coleta de dados, utilizamos a entrevista narrativa e análise documental.

Para o aporte teórico, foram estudadas as contribuições de Veiga (2004), Laroque (2005), Brighentti (2012), Brigmann (2015), Santos (2019), Marechal (2021) entre outros, além dos dados obtidos no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

À vista disso, partimos das considerações iniciais sobre o povo *kaingáng*, seus territórios originários e o processo de retomada na serra gaúcha, perpassando a discussão sobre o sentido do trabalho nas práticas de liderança, mais especificamente, na dimensão política. Por conseguinte, desenvolvemos uma análise sobre o sentido do trabalho na confecção e na comercialização do artesanato, vislumbrando a compreensão da dimensão cultural e o princípio educativo envolvidos em todo esse processo.

II. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O POVO KAINGÁNG E A RETOMADA DE SEU TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE CANELA

Uma das características marcantes da territorialidade *Kaingáng* era o deslocamento de grupos domésticos em uma área extensa. Esse território vasto era composto geograficamente principalmente por serras, campos e florestas no bioma das regiões meridionais de altitude com incidência da mata de araucária. Como característica de sua constituição na relação com o trabalho ancestral, destacaram-se como caçadores, coletores e agricultores (TOMMASINO, 1995; BRINGMANN, 2010; SANTOS, 2019). Sobre isso, os *Kaingáng* desempenhavam uma distribuição organizada do trabalho ao longo das diferentes estações do ano, de modo que “na primavera preparavam os campos e semeavam os produtos agrícolas, no verão, caçavam e pescavam ao longo dos arroios e rios mais distantes, no outono, recolhiam os pinhões, e no inverno viviam das provisões acumuladas ao longo do ano” (BECKER, 1976, p. 36, 37).

Esse povo ocupou um vasto território que começava no estado de São Paulo, passando pelos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio grande do Sul chegando até os limites da província de Misiones, na Argentina. A literatura destaca como marco estrutural da relação com a terra uma centralidade na compreensão de propriedade comum do solo. Nesse ínterim, os *pay-bang*, que eram os chefes grupais, ficavam responsáveis pelos territórios que eram divididos e demarcados pelos limites dos grandes rios

que compunham essa região (TOMMASINO, 1995; BRIGMANN, 2010; BRIGHENTTI, 2012; SANTOS, 2019).

De acordo com fontes históricas, os *Kaingáng* eram compostos por grandes grupos que podiam chegar a marca de quatrocentas pessoas, cujas subdivisões nos núcleos familiares alcançavam de vinte a trinta sujeitos. A distribuição nos territórios era caracterizada por assentamentos sazonais, denominados de toldos. Geograficamente, o agrupamento era construído nas regiões mais elevadas das montanhas onde se reuniam os grupos que evitavam a proximidade com os rios, os limites entre os territórios de outros *Kaingáng* contíguos (SANTOS, 2019).

Na serra gaúcha, nomeadamente onde hoje situam-se as cidades de Canela e Gramado, no Rio Grande do Sul, os *Kaingáng* já estavam presentes há dois mil anos, é o que endossa o trabalho sobre as primeiras fases de ocupação do território dessa região:

> Os construtores de casas subterrâneas. Há cerca de 2.000 anos, começaram a chegar à região da Serra Gaúcha um grupo de construtores de casas subterrâneas que hoje nós conhecemos como Kaingang. Eles ocuparam o nordeste do Rio Grande do Sul e regiões de outros estados (Santa Catarina, Paraná e São Paulo). Os Kaingang pertencem à família Jê, do tronco linguístico Macro-Jê. Também foram conhecidos por outros nomes como Guaianás, Coroados, Botocudos, Gualachos, Tapuias, Xoklengs e Bugres. Tinham hábitos de caça e coleta, mas permaneciam mais tempo em suas moradias, ou seja, eram seminômades ou sedentários [...] essas casas subterrâneas eram circulares. Mediam entre 2 e 20 metros de diâmetro e podiam ter até 6 metros de profundidade. Essas moradias protegiam do frio, pois no seu interior eles faziam um fogo em pedra para aquecer o ambiente. Eram construídas junto de cursos d’água, nascentes ou banhados. Normalmente eram feitas próximas ou dentro de capões de mato com muitas araucárias. Estas árvores lhes forneciam o seu principal alimento, o pinhão. Os Kaingang produziam cerâmicas feitas com argila retirada da beira dos cursos d’água. Nelas faziam roletes ou anéis, repuxando e modelando a massa, ou moldando-a num cesto até conseguir a forma desejada. A cerâmica era decorada com traços compridos e redondos que signicavam o encontro dos irmãos Kamé e Kairu. Na crença kaingang, esses irmãos criaram os seres da natureza e as regras de convivência entre os humanos. Cada irmão era responsável por uma metade: por exemplo, Kamé trabalhava durante o dia e Kairu, durante a noite. Na crença kaingang, esses irmãos Além da cerâmica, os Kaingang elaboravam instrumentos de pedra como, por exemplo, mãos-de-pilão para esmagar o pinhão, lâminas de machado para cortar madeira e raspadores para retirar a pele da caça. Para caçar produziam pontas de echa e bolas de boleadeira (CALVACANTE et al., 2020, p. 31).

Nas últimas décadas, diversos grupos indígenas brasileiros têm usado, como estratégia política de caráter anti ou decolonial, as chamadas recuperações territoriais, retomadas ou autodemarcações (MARECHAL, 2021). O processo de retomada *Kaingáng* em Canela no Rio Grande do Sul, também conhecida como *Konhún Mág* inicia-se nos meados da década de 2000 em um contexto de redemocratização oriundo da carta magna de 1988, que reconhece o direito à terra aos nossos povos originários. Vale ressaltar que as retomadas no contexto brasileiro são fruto de processos históricos e culturais extremamente complexos que influenciaram transformações sociais, na qual, também, se insere o movimento e a organização política *Kaingáng* (GLUCKMAN, 1987; MARECHAL, 2021).

Ainda nesse contexto, a pesquisa aprofundada de Marechal (2021, p. 477) sobre o tema mostra que

> os processos de retomada se originam na perpetuação da violência colonial que atingiu, e segue atingindo os povos indígenas e seus territórios. Nesse sentido, são também o resultado de um revide, um ‘basta’, depois de tantos anos de controle social, exploração, devastação, espancamentos, castigos exemplares, fome, estupros, deslocamentos forçados e toda uma série de violações dos direitos humanos oriundas da política indigenista enquadrada no Regime Tutelar.

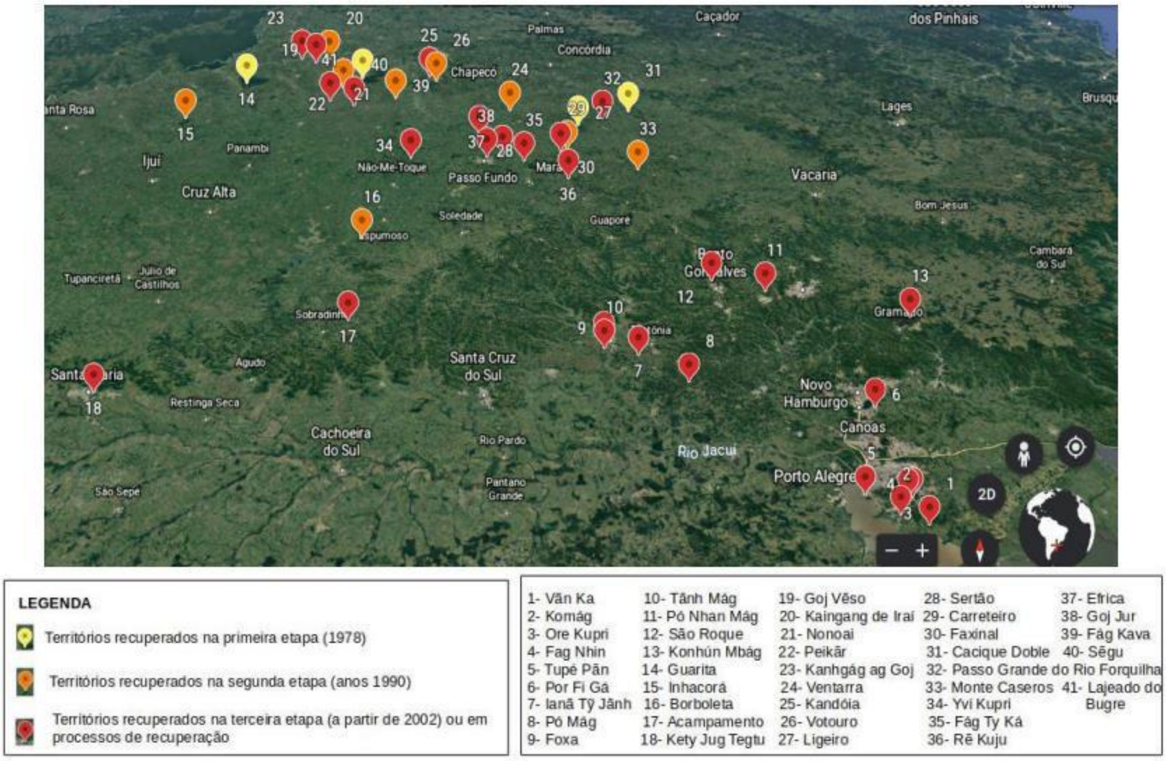
Diante disso, destacam-se alguns aspectos que foram decisivos para a expulsão dos povos originários dos seus territórios. Em relação aos *Kaingángs* que hoje reivindicam o território na FLONA, em Canela/RS, o

movimento econômico pela expansão colonial centrada no ciclo madeireiro da araucária foi decisivo para que eles fossem expulsos dos seus territórios. À vista disso, enfatizamos que

> as retomadas ou autodemarcações são ao mesmo tempo lugares de retorno e pontos de partida para a construção de modos de vida ideais cuja poética e política se ergue no caminhar da ação social e política dessas populações. Estes ideais devem ser entendidos como produtos de uma historicidade particular e das interações mais recentes que as populações indígenas vêm tecendo com diversos atores da sociedade brasileira. Resultantes de uma situação histórica específica, as retomadas kaingáng de hoje, embora se espelhem na luta das grandes lideranças de finais dos anos 1970, tecem seus próprios caminhos (MARECHAL, 2021, p. 476).

Nesse ínterim, ressaltamos que o estado implementou um processo de modernização financiado pelo capital estrangeiro, como a construção de estradas de ferro. O trem chega na região em 1919 impulsionando a extração da madeira e a intensificação dos conflitos no território. Os vagões foram usados para transportar principalmente a madeira das araucárias.

Segundo Marechal (2021), a partir dos anos 2000, no Rio Grande do Sul os *Kaingáng* iniciam a recuperação de territórios que lhes foram expropriados. O Mapa 1 mostra esse processo.



Terras Indígenas e retomadas *kaingáng* no Rio Grande do Sul em 2020. Fonte: Marechal (2021, p. 515).

O processo de retomada do território em Canela começou em 2008 e em cujo local ficaram acampados em momentos distintos (2008, 2015, 2018, 2020), sendo expulso constantemente do território. Todavia,

> em 22 de fevereiro de 2020, o jovem cacique Maurício Salvador, então acampado em uma rotatória na entrada da cidade de Canela (RS), decidiu entrar de novo na FLONA de Canela, recuperando assim parte do território kaingang reivindicado durante longos anos por seu pai, Zílio Jagtỹg Salvador. O grupo de Maurício entrou na FLONA onde se acampou e iniciou a construção das suas casas, entretanto, no dia seguinte, a BM e a PF chegaram na FLONA acionados pelo recém nomeado diretor do Instituto Chico Mendes (ICMbio), o antigo Tenente, Reinaldo Ferreira de Araújo. No dia 28 do mesmo mês, o coletivo kaingang recebeu um mandato de reintegração de posse que depois de muita discussão e estratégias

> desenvolvidas pelo grupo, conseguiu ser adiado até a realização de uma reunião no MPF em Caxias do Sul (RS)485. Na busca de fortalecimento da sua luta, o coletivo procurou o apoio de outras lideranças kaingang, assim, os caciques Luís Salvador e Deoclides de Paula, convidados a participar da reunião, viajaram de Faxinalzinho e de Vicente Dutra até Caxias do Sul para apoiar a comunidade Konhún Mág (MARECHAL, 2021, p. 541 e 542).

Hoje, os *Kaingáng* estão dentro da FLONA e ocupam as casas da administração da Unidade de Conservação. Do ponto de vista jurídico, há sentença de reintegração de posse transitada em julgado, cujos efeitos estão suspensos até 31 de outubro de 2022, em face de decisão do Supremo Tribunal Federal.

III. METODOLOGIA

Este trabalho discute a categoria trabalho atrelada às várias dimensões da vida social no contexto dos povos originários *Kaingáng*. Para tanto, para descrever a metodologia, adotamos a classificação de Marconi e Lakatos (2017) que categorizam as pesquisas de acordo o método de análise dos dados, quanto aos objetivos e quanto aos procedimentos.

Quanto à análise dos dados, a pesquisa proposta é de abordagem qualitativa, tendo em vista que se debruça em analisar aspectos não mensuráveis quantitativamente acerca da categoria trabalho e o seu atravessamento nas várias dimensões da vida e das práticas sociais. Quanto aos objetivos, ela é de ordem descritiva e explicativa, tendo em vista que propõe não apenas a descrição dos processos analisados, mas também busca compreender a densidade dos problemas evidenciados, a fim de encontrar possíveis explicações para os fenômenos analisados. Já com relação aos procedimentos, utilizaremos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo sobre o tema. Com relação aos instrumentos de coleta de dados, utilizamos a entrevista narrativa e análise documental.

Na etapa da pesquisa de campo, foi escolhida a entrevista narrativa como instrumento para a coleta de dados. Para tanto, adotou-se a proposta investigativa de Schütze (2014) que pressupõe a análise dos fenômenos sociais a partir de perspectivas particulares. Segundo escreve Ravagnoli (2018, p. 02), essa metodologia de análise de narrativas parte do "pressuposto que as experiências dos indivíduos estão intercruzadas nos diferentes contextos situacionais nos quais estão inseridos, sendo, por isso, inexequível a elaboração de um instrumento de pesquisa padrão".

O que se destaca e se diferencia na proposta de Schütze (2014), é o fato de que ele parte do desenvolvimento de entrevistas não estruturadas, por meio da qual o pesquisador propõe temas gerativos, de modo que não induza as respostas do sujeito "objeto" da pesquisa. De acordo com Ravagnoli (2018, p. 02),

> diferentemente dos outros modelos de entrevistas, o pesquisador não formula perguntas indexadas, com referências explícitas, e sim, propõe um tema acerca da realidade sob investigação para que o entrevistado o desenvolva da maneira como considerar conveniente, no momento de seu relato.

Por sua vez, a análise dos dados deve ser realizada em uma perspectiva descritiva e interpretativa, levando em consideração as marcas textuais - orais e transcritas -, que "moldam [suas] biografias e que são relevantes para a compreensão das posições e papéis ocupados pelos indivíduos na estrutura social" (WELLER; OTTE, 2014, p. 338).

Endossando essa perspectiva,

> pode-se considerar como estrutura básica da narrativa a exposição oral retrospectiva de experiências próprias realizadas no universo cotidiano (no contexto de ações vivenciadas e que, em parte, continuaram de forma ativa), de experiências que o falante comunica diretamente a um ouvinte que está presente no momento da fala (SCHÜTZE, 2020, p. 14).

Sob esse prisma, a experiência é elemento fundamental para o método elaborado por Schütze (2020), uma vez que é somente a partir da experiência narrada que o *corpus* de investigação toma forma.

A pesquisa foi realizada junto ao processo de retomada de território de um grupo indígena *kaingáng* na Floresta Nacional de Canela. De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, 2022), a Floresta Nacional de Canela (FLONA), localizada no nordeste do Rio Grande do Sul, a aproximadamente 6,4 km ao norte do município de Canela. Essa unidade de conservação situada na região da encosta nordeste da serra gaúcha é caracterizada essencialmente pelas matas de araucária e uma transição com os Campos de Cima da Serra. A FLONA tem uma área correspondente a 557 hectares, com altitudes que variam de 740 a 840 metros, e integra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica como

Área Núcleo, sendo considerada uma região de "alta prioridade" para a conservação pelo Workshop de Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica (MMA, 2001; ICMBIO, 2022).

Para Arruda (2002, p. 51), “os povos indígenas reproduzem suas sociedades e culturas num campo social - o campo de intermediação -, que ‘compatibiliza’ as relações entre as sociedades indígenas e ao nacional”. Com o propósito de compreender esse campo e a complexidade do fenômeno, e coletar dados das doze famílias que ocupam o território de investigação, decidimos concentrar nossa investigação na principal liderança desse grupo, nomeadamente, o cacique que lidera a etnia.

A entrevista foi realizada em 11 de agosto de 2022, um domingo à tarde. Embora o dia estivesse ensolarado, fazia bastante frio, com uma temperatura de 2°C. Difícil descrever a beleza do lugar e, mais ainda, a atmosfera que ali preponderava: todos sentados à beira de um lago, com cadeiras desmobilizadas, quase formando um círculo, rodeados por colinas de araucárias. O som do canto dos pássaros misturava-se às vozes das crianças falando o idioma nativo de sua tribo. Ficamos encantados!

Durante nossa conversa, a qual decorreu de forma bastante natural, sem a preocupação de seguirmos o roteiro pré-determinado, vez que outra me vinha à mente o quão belo é estar inserido em uma cultura tão rica, em uma natureza de tamanha exuberância, observando os movimentos das árvores e o som do vento, sacudindo seus galhos. Enquanto escutava o jovem cacique falar de seus projetos, da certeza de que irá conseguir formar professores para atuarem na aldeia e enfermeiros para cuidarem da saúde do seu povo, observava a beleza do sol refletindo no seu cabelo preto muito liso, fazendo com que brilhasse ainda mais. As crianças iam e voltavam, sentindo-se acolhidas no colo do cacique que, pacientemente, interrompia a entrevista para responder-lhes, no idioma da tribo, aos questionamentos que lhe faziam. E os cachorros... pareciam querer participar da conversa e, sem dúvida, ao seu modo, o faziam. Que lugar encantador!

Ao final da entrevista deixamos o território com um misto de percepções e de sentimentos a serem assimilados. Quiséramos, de alguma forma, contribuir para a realização dos projetos (sonhos?) compartilhados pelo cacique. Queríamos ter o poder de intervir para que a sensação de vulnerabilidade deixasse de fazer parte daquele cenário tão puro, tão belo e, ao mesmo tempo, tão frágil diante das ameaças que rondam, a todo o momento, os grupos denominados minorias, nesse enorme país chamado Brasil.

Por fim, ressaltamos que todo processo de investigação leva em consideração os princípios éticos e o respeito à dignidade humana nas pesquisas. Nesse sentido, elaboramos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido especificando que o entrevistado tem a liberdade de optar pela participação na pesquisa e retirar o consentimento a qualquer momento, sem a necessidade de comunicar o motivo ao pesquisador.

IV. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nosso objetivo, nesta seção do artigo, não é o de esgotar a discussão sobre o tema. À vista disso, ressaltamos que nossa análise parte de um lugar social imbricado com os elementos de outra cultura e, assim, não pretendemos fazer uma “interpretação simbólica de todos os seus conteúdos” (LAROQUE, 2005, p. 53). Ainda nesse contexto, trazemos à baila contribuição de Oliveira (2016), que enfatiza que a compreensão dos processos de mudança dos povos originários passa pela avaliação minuciosa dos distintos processos históricos que se configuraram em torno dos grupos indígenas, influenciados diretamente por uma trajetória de políticas coloniais.

Nossa discussão é atravessada pela concepção de trabalho e, nesse sentido, recorremos a Kosik (1969) para demarcar em que contexto esta reflexão está ancorada. Assim, nossa pesquisa compreende que

> o trabalho é um agir humano que se move na esfera da necessidade. O homem trabalha enquanto seu agir é suscitado e determinado pela pressão da necessidade exterior, cuja consecução se chama necessidade natural ou social. Uma atividade é ou não trabalho, dependendo de que seja ou não exercida como uma necessidade natural, isto é, como um pressuposto necessário à existência (KOSIK, 1969, p. 187).

Sobre isso, vislumbramos a possibilidade de discutir algumas dimensões relacionadas à categoria trabalho a partir dos pressupostos socioantropológicos sob as apreciações de uma liderança, nomeadamente suscitando a interseccionalidade entre trabalho e os elementos da cultura *Kaingáng*. Como endossa Arruda (2002, p. 51), “este campo, marcado por relações de conflito e por visões de mundo contraditórias e excludentes, constitui-se na interpenetração das dinâmicas da sociedade indígena e da sociedade envolvente”, portanto, estudos nesta área do conhecimento exigem a compreensão da complexidade que o tema exige.

A seguir, são discutidos os sentidos do trabalho considerando a dimensão política, a dimensão cultural e o princípio educativo. Para tanto, vislumbrando intercruzar

uma reflexão sobre os temas correlatos de liderança, artesanato, saúde, bem-estar e qualidade de vida sob a perspectiva apreciativa da identidade cultural *kaingáng*.

4.1 O sentido do trabalho nas práticas de liderança: a dimensão política

O sentido do trabalho apresenta uma relação direta com a atividade do exercício e das práticas da liderança, aspecto evidenciado na autoapresentação de Maurício. Perguntado sobre qual é o seu trabalho, ele diz: “Meu nome é Maurício Salvador. Sou descendente indígena da etnia *kaingáng* e sou cacique da comunidade que reside no município de Canela. Meu trabalho atualmente ainda é cacique na organização do pessoal”.

O recorte da narrativa “meu trabalho é” denota que a satisfação no trabalho está diretamente relacionada a componentes subjetivos e, neste contexto, expressa a singularidade individual de gestão na condução do grupo. À vista disso, a fala endossa a perspectiva do *nós somos o trabalho*. Sobre isso, é importante considerar que o cacique discute a relação com o seu ambiente de trabalho e considera-se imergido - dentro do processo - em uma interseccionalidade entre vida e trabalho (RENNER et al., 2014).

Os motivos e as características que norteiam a escolha das lideranças *Kaingáng* são pautados pela valentia, generosidade, redistribuição dos bens conseguidos e diplomacia para resolver os problemas junto ao grupo (LAROQUE, 2005). Nesse contexto, alguns recortes da fala do cacique, oferecem indícios dessas caraterísticas. Sobre valentia:

> Quando se vai se tornar uma liderança grande como um cacique ou até um pajé tem uma preparação já desde o início. Tu já vais sendo preparado para assumir tal cargo. Como foi no meu caso. Eu tenho três irmãos que são mais velhos do que eu. E eu sempre me perguntava: Por que eu assumir esse posto? Por que não meus irmãos mais velhos? Quando teve esse consenso dos sábios (porque minha mãe ficou viúva do meu pai) e houve um conselho para nomear um nome para ser sucessor ao cacicado do meu pai. Meu pai foi primeiro cacique a dar andamento nesse processo, que está tramitando hoje na via judicial, que é a reivindicação do nosso território ancestral aqui nessa região a fazer o empreendimento desse projeto. Sempre eu o acompanhava. Eu era um guri também muito curioso. Perguntava muito sobre a questão da cultura, qual era o ponto de vista dele de futuro, daqui a cem anos, de cinquenta anos, qual era aldeia que ele queria ver, o que ele queria que saísse dessa aldeia. No momento que eu assumi em 2018 eu não estava preparado para isso. Quando veio a nomeação do nosso nome eu busquei (junto com minha mãe e o irmão do nosso pai) muito as ervas medicinais do nosso povo. As ervas através do benzimento, do lavamento, dos nossos pajés iria dar uma segurança para mim. De dizer, sim, sou eu mesmo. Então, agora eu vou assumir essa responsabilidade.

Quanto à generosidade:

> Nós, da nossa comunidade, estamos com oito famílias. Nós temos em torno de doze bancas que fazem a venda do nosso artesanato. A gente faz todo esse rodízio. Dentro dos espaços em Gramado cabem quatro bancas. Daí um final de semana vai quatro famílias e no outro final de semana vai mais quatro famílias. A gente faz esses rodízios. Só aqui em Canela que completa todos os doze. A gente faz o rodízio.

Em relação à redistribuição dos bens adquiridos:

> Daí a gente vem abrindo as outras portas. A gente vem trabalhando com a questão de projetos também. Apresentação de danças, da culinária e também de palestras que dá um pouco desse alimento pra nós. A gente faz apresentação de dança, mas de vez em quando se não é um financeiro que cai a gente pede alimentação, alimentos não perecíveis que a gente traz para comunidade e daí fazemos as divisões dentro da comunidade.

Na diplomacia para resolver os problemas junto ao grupo:

> A gente está querendo incluir uma pessoa indígena dentro da questão da saúde do município. Porque a gente percebe que ainda o município não está preparado para receber a questão da saúde indígena até na questão de tradução. Hoje o meu idoso vai no postinho e ele não consegue falar no português o que está sentindo, não consegue fazer uma consulta adequada. [...] A retomada para Canela começou em 2005 ainda quando meu pai estava à frente como nosso Cacique. A gente vinha nesse

> processo de retrocesso. A gente chegava aqui dentro do nosso território e havia o ICMBIO à frente desse nosso território. Então, o pedido do meu pai foi a questão judicial que fosse reconhecido o nosso território. [...] Em 2015 entramos com processo novamente com o meu pai e quando aconteceu a liminar de 2015, que deu novamente um retrocesso, mas decidimos não retornar para outras aldeias de onde tinha vindo. Daí decidimos nos instalar na saído de Canela para São Francisco de Paula onde é hoje a CORSAN, nas margens da rodovia.

Sobre liderança indígena, Laroque (2005) afirma que a partir de 1950, a escolha dos caciques está muito atrelada a quatro atributos essenciais, como habilidade política, dom da oratória, escolaridade e pelo domínio dos códigos dos brancos. Tais atributos podem ser confirmados pela concretude apresentada pelo líder.

Na habilidade política:

> Eu sou uma espécie de abridor de portas na questão cultura, na questão de conseguir espaços para o pessoal ir trabalhando. E também as oportunidades na apresentação das nossas culturas. [...] E hoje, a gente percebe muito que a questão indígena na questão do governo federal tem sido muito precária. Tem sido muito atacado os direitos dos indígenas.

Utilizando o dom da oratória:

> A gente não percebe um tipo de preconceito, mas o não entendimento sobre o artesanato. Então, a gente também vem com projetos que falam disso. A gente tem uns livretos que a gente fez com edital da Lei do Aldir Blanc, que fala especificamente do artesanato, como ele é confeccionado, qual o significado que cada artesanato leva. Então, a gente vem nesse processo de fazer o turista também entender o sentido daquele artesanato que ele também está adquirindo.

Na escolaridade:

> Quando eu assumi (nos primeiros meses) eu não tinha todo esse pensamento, toda essa cabeça como eu tenho hoje. Quando meu pai veio a falecer eu também tinha passado no vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre. Eu vinha fazendo esse ensino superior na faculdade eu percebia muito o ponto de vista do não indígena em relação as ervas medicinais nossas. Eu entrei fazendo ciências biológicas. Depois de um período que eu estava fazendo eu quis ir mais para ao lado da botânica, das plantas. Eu tive que trancar para poder fazer essa frente (retomada) da minha comunidade novamente. [...] Em 2016 eu consegui entrar na faculdade e em 2017 meu pai veio a falecer. Em 2018 eu assumi este posto de cacicado e larguei a faculdade e eu subi para a serra fazer novamente o pedido de reconhecimento do nosso território. Esse pedido de estudo antropológico que fosse reconhecido.

Pelo domínio dos códigos dos brancos:

> A gente vê ainda o não compreendimento desse artesanato que a gente faz, que a gente produz. Mas atualmente a gente vem trabalhando com artesanatos mais pequeno porque aqui é uma rota turística. Mas a gente faz também artesanatos grandes, uma cestaria grande. Isso foi orientação da secretaria de Cultura tanto de Canela como de Gramado para confeccionar esse artesanato.

A materialidade apresentada pelo cacique aponta para um processo de gestão baseada na coletividade e na valorização das pessoas idosas como conselhos na e para a tomada de decisões. A bibliografia enfatiza que há uma conexão entre a terra recuperada e a identidade ancestral. Nesse sentido, a autodemarcação funciona como uma forma de se reencontrar com o passado por meio de agentes humanos, como seus familiares e extra-humanos, como espíritos, plantas, animais, árvores, entre outros (HERNÁNDEZ, 2017; MARECHAL, 2021).

A narrativa expressa o sentido do trabalho de liderança atravessada por diversas interfaces do processo de governança junto ao grupo em uma articulação com a dimensão política**.** Dados bibliográficos apontam que a governança desde seus primórdios considerava a subdivisão em unidades menores. Nesse processo, evidenciam os liderados pelos "*pay*", líderes familiares, articulados com os "*pay-bag"*, tendo como identidade essencial a distribuição dos direitos ao acesso aos recursos naturais disponíveis (áreas de caça, pesca e coleta de pinhão) em suas terras e produzindo um sistema de reconhecimento de autoridade (TOMMASINO, 1995, p. 84; SANTOS, 2019).

Esse processo político considera a compreensão das necessidades do grupo e também a liberdade de construir uma liderança a partir do ideal de cooperação e coletividade na tomada de decisões. Sobre isso, observamos que [...] "a relação entre necessidade e liberdade é uma relação historicamente condicionada e historicamente variável." (KOSIK, 1969, p. 188).

4.2 O sentido do trabalho na confecção e na comercialização do artesanato: a dimensão cultural e o princípio educativo

Uma característica marcante do povo *Kaingáng* é a produção de seu artesanato. Esse trabalho configura hoje uma das atividades laborais que garantem ou que subsidiam a subsistência desse povo. Todavia, observamos, a partir da fala da liderança, nos recortes que se seguem, que o artesanato transcende o sentido da subsistência.

> Atualmente a gente lida bastante com a venda do nosso artesanato para o sustento das nossas famílias aqui na comunidade. Então, muitas das matérias-primas que a gente encontra aqui, a gente usa, para estar confeccionando esse artesanato. Tanto os materiais aqui da serra, quanto materiais de outros lugares. Tem da região do Pampa, do litoral. A gente usa para confeccionar o nosso artesanato.

Depreende-se, assim, que o trabalho de elaboração, construção e comercialização desse artesanato é atravessado pela identidade sociocultural do grupo. Sobre isso,

> a ideologia Kaingáng enfatiza as relações entre os opostos, ou 'contrários', como ideal e harmoniosa, enquanto que as relações entre os membros da mesma metade é considerada conflituosa. Em todas as circunstâncias da vida há insistência na troca entre os que são diferentes. [...] A relação de troca entre as metades é permanente (VEIGA, 2004, p. 66).

Sobre isso, nosso participante afirma que

> na questão do nosso artesanato, o importante, é o significado que cada um desses trabalhos tem para nós. A gente não faz um artesanato sem ter um sentido, sem ter um significado pro trás daquele artesanato. Então, isso a gente leva em bastante consideração. Dentro da nossa cultura, a gente tem as duas marcas tribais. Quando a gente faz as nossas apresentações de danças, a gente expõe elas no corpo, as duas marcas tribais a *Kamé e (Kairu) (caicucrê).* O *Kamé* é refletido pelo sol e o *caicucrê (Kairu)* é refletido pela lua. Então cada artesanato ele leva um significado dessas marcas tribais também. Então, todas essas questões do trabalho artesanal para nós são muito significantes porque a gente está de alguma forma dando à pessoa que compra, que faz o adquirimento do nosso artesanato, um pouco da nossa cultura.

Veiga (2004), recorre a Turner para afirmar que o símbolo desencadeia uma economia de referência e, nesse sentido, as pinturas ou marcas são difundidas como um processo de identificação do grupo a que se pertence. Para discutirmos o sentido do trabalho na dimensão cultural por meio do artesanato, consideramos importante trazer para a reflexão elementos e condicionantes históricos no processo de arregimentação da mão de obra indígena, especialmente durante a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

As políticas implementadas durante esse recorte temporal foram marcadas pela repressão e a premiação em uma análise no campo conceitual manifestada em duas prerrogativas, a saber: trabalho civilizado e o trabalho tradicional (BRIGHENTTI, 2012; BRIGMANN, 2015; SANTOS, 2019). Naquele contexto, conforme escreve Santos (2019, p. 68), as práticas tradicionais eram vistas como empecilho ao processo produtivo ou ao ideal de "integração" pela promoção da "civilização".

Essas dinâmicas impactaram as apreciações sociais do trabalho produzido por esses povos, e hoje ainda produz efeitos, como depreendemos da fala do cacique:

> A gente vê ainda o não compreendimento desse artesanato que a gente faz, que a gente produz. Mas atualmente a gente vem trabalhando com artesanatos mais pequeno porque aqui é uma rota turística. [...] A gente não percebe um tipo de preconceito, mas o não entendimento sobre o artesanato. [...] Então, a gente vem nesse processo de fazer o turista também entender o sentido daquele artesanato que ele também está adquirindo.

Esse trabalho desvinculado do contexto cultural para o povo *Kaingáng*, na condução do SPI, "era concebido como castigo, como punição, como forma de abandonar seus costumes" enquanto "a resistência indígena em permanecer em seus costumes, era visto como vadiagem, como preguiça, como indolência, como inaptidão ao trabalho" (BRIGHENTTI, 2012, p. 4; SANTOS, 2019, p. 79).

Outro aspecto relevante que constatamos decorrente da materialidade narrativa coletada, é a presença do trabalho como princípio educativo em todo processo que envolve a elaboração, a produção e a comercialização do artesanato e na relação com as crianças e com a pessoa idosa.

O homem é um ente-espécie e, nesse ínterim, sua estrutura de vida física é a natureza, constituído de um corpo inorgânico (MARX, 1978; FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005), de modo que é importante destacar que "O homem interage conscientemente com ela por ser seu meio direto de vida, fazendo-o pelo trabalho, instrumento material de sua atividade vital" (IBIDEM, 2005, p. 7). Evidenciamos essa dimensão do trabalho como princípio educativo na multiplicidade da vida em sociedade. Nos saberes gerais construídos e transmitidos pelos mais velhos:

> Os nosso pajés e os nossos mais velhos vêm sempre nos colocando na cabeça. O pajé quando nós fizemos a casa de cura, a casa de reza foi basicamente esse alerta que ele me deu. Disse: têm certos pontos que a gente pode comentar e explicar tudo direitinho para o não indígena, mas têm certos pontos que a gente tem que deixar de falar. Ele me colocou um exemplar assim, você como cacique você tem que ser que nem um tatu. Eu disse para ele, como assim um tatu? Para os outros você mais mostrar o seu casco, o que está nas costas. Não vai mostrar a banho que você tem por baixo. Tem uma reflexão em cima disso, que eu deveria ter esses cuidados. Tanto é que dentro do livreto tem uma questão sobre as marcas tribais. Tinha algumas coisas dentro do livro tava meio que errado. Daí eu fui lá eu corrigi, para que outros *Kaingángs* vejam esse livro e digam, sim realmente ele é assim.

Nos saberes medicinais da ancestralidade e na relação com as juventudes da comunidade:

> Já pedi para o município cursos na questão da saúde. Têm umas meninas da comunidade que querem fazer técnico em enfermagem. Por que elas já têm um ponto de visão na questão medicinal e também veem um outro ponto que é da medicina não indígena. Venho pedindo esses cursos que se abram esses cursos por municípios para que nossas indígenas possam também está fazendo esse curso.

Na relação com saúde, bem-estar e qualidade de vida:

> O que eu tento buscar para nossa comunidade, é o reconhecimento da nossa identidade hoje, como o povo originário daqui dessa região, da etnia *Kaingáng*. Buscamos todo esse reconhecimento, esse entendimento. Digamos, o reconhecimento do nosso território aqui nessa região, essa segurança. Simplesmente esse reconhecimento pelo artesanato, pela nossa culinária, pela nossa cultura. Qualidade de vida seria isso. É ir para o centro de Canela e não ter aquela visão negativa do pessoal ainda. A gente vem sofrendo isso. Tanto que agora nesse trabalho do artesanato que a gente vem fazendo, ele vem sendo muito questionado. A gente trabalha com a matéria-prima que encontra aqui. Mas também essa matéria-prima é encontrada na mata de uma pessoa não indígena. Para poder ter esse acesso liberado a gente vem batendo nesse aspecto. Então, qualidade de vida para nós é meu povo estar de bem um com o outro e também. Sempre estou colando isso, se o meu povo tiver bem, eu também estou bem! Eu sempre luto para isso na minha comunidade. Eu venho batalhando sobre isso, sobre o reconhecimento dos espaços. O reconhecimento da nossa identidade.

Para Konder (2000, p. 112), "a sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação". O sentido do trabalho toma uma multiplicidade de fatores, mas vale destacar que a identidade com a terra em uma relação intrínseca com a natureza, a cultura, a cooperação, a solidariedade, o bem comum são marcadores sociais para os *Kaingáng* que lutam pelo reconhecimento de seu território na Floresta Nacional de Canela.

V. CONSIDERAÇÔES FINAIS

Este trabalho debruçou-se em uma reflexão sobre o sentido do trabalho nas dimensões da vida social no contexto do povo originário *Kaingáng* na retomada de território de um grupo indígena *Kaingáng* na Floresta Nacional de Canela. Diante disto, a materialidade analisada mostrou o sentido do trabalho nas práticas de liderança sob as prerrogativas da dimensão política; o sentido do trabalho na confecção e na comercialização do artesanato na

valorização da ancestralidade e a cultura; e, o trabalho como princípio educativo na vida societal desse grupo.

Os resultados apontam para um o sentido do trabalho em múltiplas dimensões para os povos *kaingáng*. Evidenciamos, a partir do *corpus* analisado que as práticas de liderança e a articulação política, para garantir a vida do grupo, integram a concepção de trabalho especificamente na percepção do cacique, uma vez que o seu trabalho como líder confunde-se com o ativismo social no propósito do bem comum. O trabalho (ser cacique) é organizar o grupo para viver bem na sua terra (dos e com seus ancestrais) em interação simbiótica com a natureza.

O sentido do trabalho na confecção e na comercialização do artesanato é atravessado pela dimensão cultural. Mais que um produto comercial, o artesanato expressa a identidade, a ancestralidade, o sagrado e as marcas que os constituem como sujeitos. O artesanato e as manifestações culturais, sob a égide de determinadas políticas públicas como, por exemplo, a Lei Aldir Blanck, configuram-se hoje como as atividades centrais que garantem a subsistência desse grupo *Kaingáng* na encosta nordeste da serra gaúcha.

Os dados bibliográficos evidenciam que o trabalho como princípio educativo permeia a vida em comunidade, nomeadamente nos saberes gerais construídos e transmitidos pelos mais velhos; nos saberes medicinais e sagrados da ancestralidade; na relação com as juventudes da comunidade, e na relação com a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida. Nesse sentido, constatamos que há uma integração entre trabalho, saúde, educação e bem-estar na interseccionalidade com o território e a preservação da natureza. Em síntese, qualidade de vida, sob o ponto de vista dos *Kaingáng*, nesse processo de retomada, é viver em comunidade, respeitar a cultura ancestral e usufruir de seu território.

AJUDA FINANCEIRA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

REFERÊNCIAS

[1] BRIGHENTI, Clovis Antônio et al. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja, católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. 2012.

[2] BRINGMANN, Sandor Fernando et al. **Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e resistência Kaingang nas terras altas do Rio Grande do Sul (1829-1860).** 2012.

[3] BRINGMANN, Sandor Fernando et al. **Entre os índios do sul: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xapecó/SC (1941-1967).** 2015.

[4] HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. **Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos**. Solar, vol. 12, n. 1, p. 35-46, 2017.

[5] FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores–Excertos**. S/A Disponível em:< http://redeescoladegoverno. fdrh. rs. gov. br/upload/1392215839> Acesso em: 30 de set. de 2022.

[6] GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. IN: FELDMANBIABCO (org.) Antropologia das Sociedades Contemporáneas, São Paulo: **Global Universitária**, 1987, p. 227-344.

[7] ICMBIO**. Informações Sobre Visitação Flona de Canela.** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/flona-de-canela/informacoes-sobre-visitacao-flona-de-canela. Acesso em 04 de out. de 2022.

[8] LAROQUE, Luís Fernando da Silva. De coadjuvantes a protagonistas: seguindo o rastro de algumas lideranças Kaingang no sul do Brasil. **História Unisinos**, v. 9, n. 1, p. 49-59, 2005.

[9] MARECHAL, Clementine. **Ẽg ga ẽg kófa tú (A nossa terra é a nossa história): território, trabalho, xamanismo e história em retomadas kaingang**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2021.

[10] MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

[11] MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. Col. Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

[12] OLIVEIRA, Sérgia Andréa Pereira de. **Educação Estatística em escolas do povo Xukuru do Ororubá**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

[13] PEREIRA, Magali Cecili Surjus. **Socialização secundaria nos kaingang**. Doutorado em psicologia social. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: undefined. 1994.

[14] SCHÜTZE, Fritz. Análise sociológica e linguística de narrativas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, p. e11-e52, 2020.

[15] RAVAGNOLI, Neiva Cristina da Silva Rego. A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. **The Especialist**, v. 39, n. 3, 2018.

[16] RENNER, Jacinta Sidegum et al. Qualidade de vida e satisfação no trabalho: a percepção dos técnicos de

enfermagem que atuam em ambiente hospitalar. **Revista Mineira de enfermagem**, v. 18, n. 2, p. 440-453, 2014.

[17] WELLER, Wivian; ZARDO, Sinara Pollom. Entrevista narrativa com especialistas: aportes metodológicos e exemplificação. **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 22, n. 40, p. 131-143, 2013.

[18] WELLER–UNB, Wivian. Tradições hermenêuticas e interacionistas na pesquisa qualitativa: a análise de narrativas segundo Fritz Schütze. **Paper apresentado no GT14 da 32a reunião anual da ANPEd. Caxambu, MG**, v. 4, 2009.

[19] WELLER, Wivian; OTTE, Janete. Análise de narrativas segundo o método documentário: Exemplificação a partir de um estudo com gestoras de instituições públicas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, p. 325-340, 2020.

[20] VEIGA, Juracilda. Os Kaingang e Xokleng no panorama dos povos Jê. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, v. 4, n. 1, p. 59-70, 2004.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).